



ACADEMIA DE MÚSICA DA FORTALEZA DE VALENÇA



DIFERENTES FORMAS DE ENSINAR

DIFERENTES FORMAS DE APRENDER

“Regulamento interno - Documento que define o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar” Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Cap. II , Artº 9, ponto 1, alínea b), republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho

ÍNDICE

Capítulo I - Órgãos de Administração e Gestão	7
Secção I - Órgãos Estatutários	7
Artigo 1º - Definição	7
Secção II – Assembleia Geral	7
Artigo 2º - Competências	7
Secção III- Direção	7
Artigo 3º - Definição	7
Artigo 4º - Competências	7
Secção IV – Conselho Fiscal	8
Artigo 5º - Competências	8
Capítulo II - Estruturas de coordenação e supervisão pedagógica	9
Secção I - Direção Pedagógica	10
Artigo 6º - Definição	10
Artigo 7º - Composição	10
Artigo 8º - Competências	10
Artigo 9º - Funcionamento	11
Secção II - Conselho Pedagógico	11
Artigo 10º - Definição	11
Artigo 11º - Composição	11
Artigo 12º - Mandato	11
Artigo 13º - Competências	12
Artigo 14º - Funcionamento	12
Secção III - Departamentos Curriculares	13
Artigo 15º - Definição	13
Artigo 16º - Coordenadores	13
Artigo 17º - Competências do Coordenador	13
Artigo 18º - Constituição	13
Artigo 19º - Competências	14
Artigo 20º - Funcionamento	14
Secção IV - Conselhos de turma	14
Artigo 21º - Constituição	14
Artigo 22º - Competências	15

Artigo 23º - Funcionamento.....	15
Secção V - Coordenação de Diretores de Turma	16
Artigo 24º - Definição.....	16
Artigo 25º - Competências do Coordenador	16
Artigo 26º - Competências do Conselho de Diretores de Turma	17
Artigo 27º - Funcionamento do Conselho de Diretores de Turma	17
Artigo 28º - Diretores de Turma.....	18
Capítulo III - Oferta Educativa	18
Secção I - Plano de Estudos e seu Funcionamento	18
Artigo 29º - Definição.....	18
Artigo 30º - Cursos	18
Artigo 31º - Planos de Estudos	19
Secção II – Admissão Matrículas de Novos Alunos e Renovação de Matrículas	20
Artigo 32º - Regras de inscrição e admissão dos alunos	20
Artigo 33º - Curso Básico de Música em Regime Articulado	20
Artigo 34º - Alunos do Curso de Iniciação em Música.....	21
Artigo 35º - Alunos do Curso Livre de Instrumento.....	21
Secção III - Avaliação	21
Artigo 36º - Modalidades da Avaliação	21
Artigo 37º - Critérios de Avaliação	21
Artigo 38º - Domínios a Observar - Percentagens.....	22
Artigo 39º - Menções avaliativas/ perfil do aluno - Iniciação.....	22
Artigo 40º - Menções avaliativas – Curso Básico de Música	22
Artigo 41º - Instrumentos de Registo da Avaliação.....	22
Artigo 42º - Procedimentos	23
Secção IV - Quadro de Excelência e Mérito Escolar	23
Artigo 43º - Enquadramento.....	23
Artigo 44º - objetivos	23
Artigo 45º Âmbito e natureza	23
Artigo 46º - Divulgação e registo dos prémios de mérito.....	24
Secção V – Serviços de utilização obrigatória e facultativa, no âmbito da Portaria n.º 809/93, de 7 de setembro	24
Artigo 47º -Serviços de Utilização Obrigatória	24
Artigo 48º - Serviços de Utilização Facultativa	25
Artigo 49º - Divulgação	25
Capítulo IV - Comunidade escolar	25
Secção I - Pessoal Docente	25

Artigo 50º - Constituição	25
Artigo 51º - Regime de presença	26
Artigo 52º - Deveres.....	26
Artigo 53º - Direitos	27
Secção II - Pessoal Não Docente Administrativo	27
Artigo 54º - Deveres.....	27
Artigo 55º - Direitos	28
Secção III - Pessoal Auxiliar Não Docente	28
Artigo 56º - Deveres.....	28
Artigo 57º - Direitos	28
Secção IV - Alunos	29
Artigo 58º - Deveres.....	29
Artigo 59º - Direitos	29
Artigo 60º - Regime de faltas	30
Secção V - Pais e Encarregados de Educação	30
Artigo 61º - Deveres.....	30
Artigo 62º - Direitos	31
Artigo 63º - Participação no processo de avaliação	31
Capítulo V - Ação Disciplinar	32
Artigo 64º - Qualificação da infração e participação da ocorrência	32
Artigo 65º - Procedimento disciplinar	32
Artigo 66º - Medidas Disciplinares	33
Artigo 67º - Determinação da Medida Disciplinar.....	33
Artigo 68º - Medidas disciplinares Corretivas	33
Artigo 69º - Medidas disciplinares Sancionatórias	33
Artigo 70º - Disposições finais.....	34
Legislação	34

INTRODUÇÃO

A Academia de Música da Fortaleza de Valença, sita em Avenida de Espanha no Edifício da Alfândega Cultural. É uma associação sem fins lucrativos, um estabelecimento de ensino de carácter particular e cooperativo de ensino especializado da música. Como tal, é abrangida pelas normas gerais aplicáveis do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e pelas especificidades introduzidas pelo presente regulamento, sem prejuízo da aplicação de lei em geral.

OBJETIVO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Pretende este regulamento estabelecer normas de funcionamento da escola, dos órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação educativa, dos serviços administrativos, técnicos, técnico-pedagógicos e de apoio educativo, bem como os direitos, deveres e medidas disciplinares a aplicar aos membros da comunidade escolar. Este documento não deverá contudo ser considerado um produto final, mas sim, uma proposta de modelo, suscetível de ser reformulado de acordo com a legislação em vigor e as necessidades sentidas pela Academia de Música.

Este Regulamento aplica-se aos órgãos de direção, administração e gestão, às estruturas de coordenação e supervisão, serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, aos docentes, aos alunos, aos pais e encarregados de educação, ao pessoal não docente e a todos os visitantes e utilizadores das instalações e espaços escolares.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Os princípios orientadores estão regulados pelos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2009 de 11 de Setembro e pelo Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de Julho e pelo Decreto-Lei 152/2013 de 4 de Novembro que aprova o estatuto do ensino particular e cooperativo de nível não superior.

CAPÍTULO I - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

SECÇÃO I - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

ARTIGO 1º - DEFINIÇÃO

1. São órgãos da AMFV, os constantes dos estatutos aprovados pela Assembleia Geral de Sócios, com a redação que lhe foi dada e registada por escritura pública de 26 de Setembro de 2013 no Conservatória do Registo Comercial de Braga.
2. A estrutura permanente será administrada pelos órgãos da Associação da Academia de Música da Fortaleza de Valença: **Assembleia Geral; Direção e Conselho Fiscal.**

SECÇÃO II – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 2º - COMPETÊNCIAS

1. Compete nomeadamente à Assembleia Geral:
 - a) eleger os corpos gerentes;
 - b) aprovar anualmente o relatório de exercício e as contas da Direção;
 - c) deliberar sobre a alteração dos estatutos;
 - d) resolver os diferendos entre a Direção e as diferentes seções da Academia e aprovar os regulamentos internos que lhe sejam apresentados.

SECÇÃO III- DIREÇÃO

ARTIGO 3º - DEFINIÇÃO

A Direção é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira. Compete-lhe efetuar o controlo de gestão.

ARTIGO 4º - COMPETÊNCIAS

1. Compete à direção:
 - a) Dirigir os serviços administrativos;
 - b) Enviar à DGEstE todos os elementos por esta solicitados de acordo com a regulamentação em vigor, com vista à organização dos processos de concessão do apoio decorrente do Contrato de Patrocínio;
 - c) Fazer prova da situação contributiva perante a Segurança Social e Finanças mediante a

apresentação de declaração comprovativa, nos termos da lei;

- d) Enviar os dados do Contrato de Patrocínio à Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência, e proceder à sua atualização trimestral, para efeitos do apuramento do montante da comparticipação financeira a conceder pelo Ministério da Educação;
 - e) Preparar o Orçamento Anual da Academia, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pela Direção Pedagógica, e seu seguimento, incluindo o orçamento e controlo de tesouraria;
 - f) Elaborar a Conta de Exploração mensal e comparação com o Orçamento;
 - g) Efetuar o cálculo e pagamento dos salários ou remunerações de todos os funcionários e colaboradores da Academia;
 - h) Efetuar os pagamentos a fornecedores;
 - i) Acompanhar os trabalhos realizados pela Contabilidade, sendo o seu principal interlocutor;
 - j) Colaborar no cumprimento das obrigações legais e fiscais e na resolução de questões administrativas;
 - k) Monitorizar as contas bancárias e o património da Academia.
2. A Direção funciona como entidade tutelar da Instituição Academia de Música da Fortaleza de Valença, cabendo-lhe a função de nomear a Direção Pedagógica, sendo esta aprovada em assembleia geral, como consta do respetivo Projeto Educativo da AMFV.

SECÇÃO IV – CONSELHO FISCAL

ARTIGO 5º - COMPETÊNCIAS

1. Compete nomeadamente ao Conselho Fiscal:
- a) examinar trimestralmente a contabilidade da Associação;
 - b) dar parecer sobre o relatório e contas apresentadas pela Direção.

CAPÍTULO II - ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

DIREÇÃO PEDAGÓGICA

DIRETORA

Ivone Ribeiro

SUBDIRETORES

Mariline Borlido

Manuel Vieira

CONSELHO PEDAGÓGICO

Presidente Ivone Ribeiro

Coordenadores Departamento

CORDAS - Sara Nunes

SOPROS E PERCUSSÕES - Elsa Costa

TECLAS E CANTO - Manuel Felgueiras

CLASSES DE CONJUNTO - Manuel Vieira

FORMAÇÃO MUSICAL - Fábio Oliveira

COORDENADOR DT - Mariline Borlido

CORPO DOCENTE

FORMAÇÃO MUSICAL - Fábio Oliveira, Maria João Domingues

INICIAÇÃO EM MÚSICA - Ivone Ribeiro, Mariline Borlido

VIOLINO/VIOLETA - Sara Nunes, Filipe Passos

VIOLONCELO - Inês Coelho

CONTRABAIXO - Diogo Dinis

GUIARRA CLÁSSICA - Nuno Pinto, António Vale, João Passos

FLAUTA TRANSVERSAL - Elsa Costa

OBOÉ - Mariline Borlido

CLARINETE- Tiago Bento

SAXOFONE - Carlos Pinto

TROMPETE - Henrique Azevedo

TROMPA - André Pinheiro

TROMBONE - Manuel Vieira

PIANO – Jaqueline Conde, Bárbara Luís

PERCUSSÃO - Bruno Guia

CLASSE DE CONJUNTO VOCAL - Manuel Felgueiras, Maria João Domingues

CORO VOCALIS CONTRASTA - Jaqueline Conde

ORQUESTRA CLÁSSICA - Manuel Vieira

ORQUESTRA DE SOPROS E PERCUSSÃO - Henrique Azevedo

QUARTETO DE SAXOFONES - Carlos Pinto

ENSEMBLE DE GUITARRAS - Nuno Pinto

ENSEMBLE ORFF - Ivone Ribeiro

CLAPPING MUSIC - Bárbara Luís

HORA JAZZ - Diogo Dinis

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Ângela Pereira

AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA

Inês Romeu

SECÇÃO I - DIREÇÃO PEDAGÓGICA

ARTIGO 6º - DEFINIÇÃO

A direção pedagógica é o órgão de administração e gestão da Academia nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

ARTIGO 7º - COMPOSIÇÃO

1. Um Diretor Pedagógico (Presidente)
2. Dois Subdiretores

ARTIGO 8º - COMPETÊNCIAS

1. De acordo com o artigo 41º do Decreto-Lei 152/2013 de 4 de Novembro compete à direção pedagógica orientação da ação educativa da Academia, designadamente:
 - a) Representar a Escola junto do Ministério da Educação e da Ciência em todos os assuntos de natureza pedagógica;
 - b) Para efeitos do acerto referido no n.º 4 do artigo 6.º da Portaria nº 224-A/2015 de 29 de julho, exportar para o sistema de informação do MEC, até ao dia 31 de janeiro de cada ano, os dados relativos à distribuição dos alunos por curso/turma e estabelecimento de ensino onde se desenvolve a componente especializada da formação;
 - c) Afixar, com caráter permanente, em local público e visível, o regime de contrato celebrado com o Estado e dar conhecimento do mesmo às associações de pais e encarregados de Educação e a outros interessados e cumprir as demais obrigações constantes do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro;
 - d) Planificar e superintender as atividades curriculares e culturais;
 - e) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
 - f) Velar pela qualidade do ensino;
 - g) Zelar pela educação e disciplina dos alunos.
2. E ainda:
 - a) Definir o regime de funcionamento da Academia;

- b) Superintender a elaboração de horários;
 - c) Distribuir as tarefas docentes e não docentes;
 - d) Designar os coordenadores dos departamentos curriculares;
 - e) Gerir as instalações, espaços, equipamentos e outros recursos educativos;
 - f) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, empresas, coletividades, em conformidade com os critérios definidos pela Direção da Associação;
 - g) Definir os requisitos e proceder à seleção (e eventual) recrutamento de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável.
3. Ouvido o Conselho Pedagógico, compete à Direção Pedagógica elaborar e submeter à aprovação da Direção da Academia o Relatório do Plano Anual de Atividades, e eventuais alterações ao Regulamento Interno e/ou ao Projeto Educativo.

ARTIGO 9º - FUNCIONAMENTO

O Diretor é coadjuvado no exercício das suas funções por dois Subdiretores, nomeados pelo Diretor de entre os docentes que se encontrem em exercício de funções na Academia.

SECÇÃO II - CONSELHO PEDAGÓGICO

ARTIGO 10º - DEFINIÇÃO

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da Academia de Música, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

ARTIGO 11º - COMPOSIÇÃO

1. Diretor da Academia, por inerência, Presidente do Conselho Pedagógico;
2. Coordenadores de Departamentos;
3. Coordenadores de Diretores de Turma.

ARTIGO 12º - MANDATO

1. Os membros do conselho pedagógico entrarão em funções ou continuarão o exercício do seu mandato a 1 de setembro de cada ano escolar.
2. Os membros do conselho pedagógico que forem designados ou eleitos após o início do ano escolar entrarão em função após essa designação ou eleição.
3. Os membros do conselho pedagógico são substituídos no exercício do cargo se, entretanto, perderem a qualidade que determinou a respetiva eleição ou designação.

4. No caso de um dos cargos de coordenação deixar de existir, o número de elementos do conselho pedagógico diminuirá de uma unidade.

ARTIGO 13º - COMPETÊNCIAS

1. Compete ao Conselho Pedagógico:
 - a) Elaborar propostas para a revisão do Regulamento Interno e/ou Projeto Educativo;
 - b) Apresentar propostas para elaboração do Plano Anual de Atividades;
 - c) Emitir parecer sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia;
 - d) Apresentar propostas e emitir parecer sobre a elaboração do plano de formação e de atualização do pessoal docente e não docente;
 - e) Definir os critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
 - f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares, bem como as respetivas estruturas programáticas;
 - g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, bem como dos apoios e complementos educativos;
 - h) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito do ensino especializado da música em articulação com entidades formadoras e instituições do ensino superior vocacionadas para a área da oferta educativa;
 - i) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
 - j) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
 - k) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
 - l) Propor critérios de avaliação e calendarização das Provas Globais de Instrumento e Formação Musical;
 - m) Promover medidas que favoreçam a interação da escola com a comunidade;
 - n) Proceder ao acompanhamento e avaliação das suas deliberações e recomendações;
 - o) Elaborar o regimento do Conselho Pedagógico nos primeiros 30 dias do seu mandato.

ARTIGO 14º - FUNCIONAMENTO

1. O Conselho Pedagógico reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções, ou sempre que um pedido de parecer da assembleia geral ou direção da AMFV o justifique.
2. Para as reuniões extraordinárias, os membros do Conselho Pedagógico serão convocados por correio eletrónico com pelo menos 48 horas de antecedência.
3. As faltas às reuniões de Conselho Pedagógico carecem de justificação.
4. O presidente dispõe de voto de qualidade.

SECÇÃO III - DEPARTAMENTOS CURRICULARES

ARTIGO 15º - DEFINIÇÃO

1. Os Departamentos Curriculares têm por objetivo assegurar a articulação e gestão curricular na aplicação do currículo e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidas a nível nacional.
2. Os departamentos organizam-se de acordo com os seguintes grupos de recrutamento:
 - a) Cordas
 - b) Sopros e Percussão;
 - c) Teclas e Canto;
 - d) Formação Musical e Iniciação Musical
 - e) Classes de Conjunto

ARTIGO 16º - COORDENADORES

1. Os Departamentos são coordenados por professores designados pelo Diretor Pedagógico.
2. O Coordenador de Departamento deve ser um docente de carreira detentor de formação especializada.

ARTIGO 17º - COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR

1. Compete ao Coordenador:
 - a) Representar o respetivo departamento no Conselho Pedagógico;
 - b) Fomentar a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que integram o departamento curricular;
 - c) Convocar, presidir e orientar as reuniões de Departamento;
 - d) Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo, promovendo a adequação dos seus objetivos e conteúdos à situação concreta da Academia

ARTIGO 18º - CONSTITUIÇÃO

A articulação e gestão curricular são asseguradas pelos 5 departamentos curriculares em cima enunciados, nos quais se encontram os grupos de recrutamento e áreas disciplinares, de acordo com o estipulado na legislação aplicável.

ARTIGO 19º - COMPETÊNCIAS

1. Proceder à articulação entre os diferentes níveis e anos de ensino.
2. Assegurar a coordenação de procedimentos e formas de atuação, no domínio da avaliação das aprendizagens.
3. Avaliar as suas atividades.
4. Colaborar na construção do Projeto educativo e Plano Anual de Atividades da AMFV.
5. Elaborar, desenvolver e avaliar o plano de atividades do departamento, tendo em vista a concretização do projeto educativo.
6. Pronunciar-se sobre a adoção de modelos pedagógicos, de métodos de ensino e de avaliação, de materiais de ensino/aprendizagem.
7. Definir as linhas orientadoras para a elaboração de competências essenciais.
8. Promover a interdisciplinaridade.
9. Colaborar na elaboração de competências e de provas aferidas, no quadro do sistema de avaliação de alunos.
10. Organização e estruturação dos programas curriculares nas diversas disciplinas de acordo com a legislação em vigor e adotados pelas escolas oficiais do ensino especializado da música.
11. Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e formação.
12. Propor critérios de avaliação dos alunos.
13. Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto.
14. Elaborar ou rever o seu regimento nos primeiros 30 dias do seu mandato.

ARTIGO 20º - FUNCIONAMENTO

1. O Departamento Curricular reúne, ordinariamente, uma vez por período e, extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo coordenador de departamento.
2. Para as reuniões extraordinárias, os membros do Departamento Curricular serão convocados por correio eletrónico com pelo menos 48 horas de antecedência.
3. As faltas às reuniões de Departamento Curricular carecem de justificação.

SECÇÃO IV - CONSELHOS DE TURMA**ARTIGO 21º - CONSTITUIÇÃO**

1. O conselho de turma é constituído da seguinte forma:
 - a) O Diretor de Turma, que preside;
 - b) Os professores que lecionam a turma.

ARTIGO 22º - COMPETÊNCIAS

1. Compete ao conselho de turma:
 - a) Elaborar, aprovar e assegurar o desenvolvimento e a avaliação do plano de trabalho da turma, de forma integrada e numa perspetiva interdisciplinar e em articulação com o Plano Anual de Atividades da Academia;
 - b) Colaborar na programação e desenvolvimento de atividades culturais, que envolvam os alunos e a comunidade;
 - c) Promover ações que estimulem o envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no percurso artístico do aluno;
 - d) Analisar situações de insucesso educativo e disciplinar de alunos da turma;
 - e) Avaliar os alunos da turma, tendo em conta os objetivos curriculares definidos a nível nacional, as competências definidas para cada disciplina e os critérios de avaliação aprovados pelo Conselho Pedagógico, bem como as especificidades da turma;
 - f) Decidir relativamente a situações que impliquem a retenção do aluno;
 - g) Colaborar com o Diretor de Turma na elaboração do relatório e do plano de apoio específico aos alunos retidos.
 - h) Coordenar o Programa de Turma;
 - i) Coordenar a elaboração e aplicação do plano de atividades de acompanhamento pedagógico.

ARTIGO 23º - FUNCIONAMENTO

1. O Conselho de Turma reúne ordinariamente, no início do ano letivo, nos finais dos períodos letivos e nos casos previstos legalmente e, extraordinariamente, sempre que um motivo de natureza pedagógica ou disciplinar o justifique.
2. Na falta do Diretor de Turma, a reunião de conselho de turma será presidida pelo professor secretário; na falta do secretário ou impedimento deste, a ata será lavrada pelo elemento que não for Diretor de Turma ou Secretário; no caso de se verificar que todos os elementos têm as referidas funções, o Diretor de Turma sorteia o Secretário.
3. Nas reuniões de avaliação, em caso de ausência de qualquer docente do conselho de turma, agir-se-á com o previsto na legislação em vigor. O Diretor de Turma com os restantes membros, devendo ter na sua posse todos os elementos referentes à avaliação de cada aluno da turma que o professor ausente leciona e que serão entregues em envelope fechado e devidamente identificado.
4. Relativamente à avaliação das aprendizagens dos alunos, quando não se verificar acordo entre os membros do conselho de turma acerca das propostas de avaliação apresentadas pelos professores, deve proceder-se à discussão das várias propostas, debruçando-se o conselho de turma sobre todos os condicionalismos que envolveram o processo de ensino-aprendizagem, procurando encontrar o consenso. No caso de este não ser possível, a deliberação será tomada por maioria absoluta de votos.

5. Das reuniões, serão lavradas atas que descreverão o desenrolar das mesmas e registrarão todas as decisões e conclusões da equipa de professores, no que respeita ao trabalho desenvolvido pela turma e ao seu aproveitamento, as modalidades e as estratégias de apoio educativo.
6. Tendo em vista os objetivos das reuniões dos conselhos de turma, das atas deverão constar:
 - a) Informações sobre os alunos fornecidas pelo Diretor de Turma ou por qualquer outro membro;
 - b) Apreciação global da turma efetuada pelos professores;
 - c) Apresentação de casos particulares (Alunos com assiduidade irregular; Ritmos de aprendizagem; Interesses ou inaptações; Outras circunstâncias);
 - d) Definição de estratégias ou programas de ação;
 - e) Fundamentação de todas as decisões tomadas;
 - f) Registo da decisão final sobre a classificação a atribuir a cada aluno, por consenso ou votação em caso de ponderação;
 - g) Registo dos alunos retidos.
7. As atas serão elaboradas em suporte informático.
8. Após a conclusão dos trabalhos, o presidente do conselho de turma entregará ao Diretor a ata e os restantes documentos do registo de avaliação, no prazo de 48 h.

SECÇÃO V - COORDENAÇÃO DE DIRETORES DE TURMA

ARTIGO 24º - DEFINIÇÃO

1. A Coordenação dos Diretores de Turma destina-se a articular e harmonizar as atividades desenvolvidas pelas turmas.
2. Este cargo é designado pela Direção Pedagógica entre os Docentes da Instituição.
3. O Coordenador de Diretores de Turma, parte integrante do Conselho Pedagógico deverá reunir com os restantes Diretores de Turma após o Conselho Pedagógico a fim de transmitir das decisões deste órgão.

ARTIGO 25º - COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR

1. Convocar e presidir às reuniões do conselho de diretores de turma.
2. Representar os diretores de turma no conselho pedagógico.
3. Divulgar junto dos diretores de turma a informação sobre os normativos legais e as orientações ou recomendações do conselho pedagógico e do diretor.
4. Apoiar os diretores de turma nas averiguações e na instrução dos processos disciplinares instaurados pelo diretor aos alunos.

5. Recolher, caso não exista o cargo do coordenador dos apoios educativos, os relatórios trimestrais dos professores que desenvolvem as aulas de apoio pedagógico, com vista à avaliação e à adequação das atividades letivas com as de apoio pedagógico.
6. Elaborar, caso não exista o cargo do coordenador dos apoios educativos, em colaboração com os professores envolvidos, o relatório de avaliação anual das aulas de apoio pedagógico, a apresentar ao conselho pedagógico.
7. Articular as atividades desenvolvidas pelos diretores de turma, cuja coordenação assegura com as dos departamentos curriculares.
8. Planificar em colaboração com o conselho de diretores de turma as atividades a desenvolver anualmente e proceder à sua avaliação.

ARTIGO 26º - COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE DIRETORES DE TURMA

1. Compete ao conselho de diretores de turma:

- a) Promover a execução das orientações do conselho pedagógico;
- b) Planificar as atividades e projetos a desenvolver, anualmente, de acordo com as orientações do conselho pedagógico;
- c) Analisar as propostas dos conselhos de turma e submetê-los através dos coordenadores, ao conselho pedagógico;
- d) Articular com os diferentes departamentos curriculares o desenvolvimento de conteúdos programáticos e objetivos de aprendizagem do Curso de Iniciação e Curso Básico de Música
- e) Dinamizar e coordenar a realização de projetos interdisciplinares das turmas;
- f) Identificar necessidades de formação no âmbito da direção de turma;
- g) Conceber e desencadear mecanismos de formação e apoio aos diretores de turma.
- h) Propor ao conselho pedagógico a realização de ações de formação no domínio da orientação educativa e da coordenação das atividades das turmas;
- i) Promover a interação entre a escola e a comunidade;
- j) Planificar e coordenar o trabalho dos diretores de turma
- k) Elaborar o regimento do conselho de diretores de turma, nos primeiros 30 dias do seu mandato, definindo as respetivas regras de organização e de funcionamento nos termos fixados na legislação em vigor.

ARTIGO 27º - FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DIRETORES DE TURMA

1. Os conselhos de diretores de turma reúnem ordinariamente no início do ano letivo e no final de cada período letivo e extraordinariamente sempre que sejam convocados pelo diretor ou pelo coordenador dos diretores de turma, por sua iniciativa ou a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções.

2. As reuniões serão secretariadas segundo sistema de sorteio a efetuar no início de cada reunião nos restantes ciclos.

ARTIGO 28º - DIRETORES DE TURMA

1. Diretor de Turma deverá coordenar o plano de trabalho do Conselho de Turma. Promover um acompanhamento individualizado dos alunos, divulgando junto dos professores da turma a informação necessária à sua adequada orientação educativa e fomentando a participação dos Pais e Encarregados de Educação na concretização de ações para orientação e acompanhamento.
2. Elaborar e conservar o dossier individual do aluno, facultando-lhe a sua consulta, bem como a professores da turma, Pais e Encarregados de Educação, devendo ser garantida a confidencialidade dos dados neles contidos.
3. Apreciar ocorrências de carácter disciplinar, decidir da aplicação de medidas imediatas no quadro previsto no Regulamento Interno e das orientações do Conselho Pedagógico em matéria disciplinar.
4. Apresentar ao Diretor, um relatório crítico, anual, até 30 de junho, do trabalho desenvolvido.

CAPÍTULO III - OFERTA EDUCATIVA

SECÇÃO I - PLANO DE ESTUDOS E SEU FUNCIONAMENTO

ARTIGO 29º - DEFINIÇÃO

O Plano de Estudos e a carga horária do Curso Básico de Música e Iniciação em Música, obedecem ao previsto na Portaria nº 223-A/2018, de 3 de Agosto.

ARTIGO 30º - CURSOS

1. A AMFV possui os seguintes cursos:
 - Curso de Iniciação em Música;
 - Curso Básico de Música, em Regime Articulado;
 - Curso Básico de Música, em Regime Supletivo;
 - Curso Livre de Instrumento.

ARTIGO 31º - PLANOS DE ESTUDOS

Curso de Iniciação em Música – 1º Ciclo

Matriz Curricular

Carga horária semanal

Componentes de currículo

Áreas disciplinares – 135 min.

Formação Musical	45 min.
Classe de Conjunto	45 min.
Instrumento (a)	45 min.

(a) De acordo com a alínea

b) do ponto 2 do artigo 7.º, a disciplina de instrumento tem a carga horária de 60 minutos quando lecionada em pares, ou 45 minutos quando lecionada individualmente.

Curso Básico de Música – 2º Ciclo

Matriz Curricular

Carga horária semanal

Componentes de currículo

Áreas disciplinares – 315 min.**5º ano/6º ano - Total de ciclo****Formação Artística Especializada**

Formação Musical	90 min.
Classes de Conjunto (a)	90 min.
Oferta Complementar (b)	45 min.
Instrumento (c)	90 min.

(a) Coro e Música de Câmara.

(b) Reforço à Formação Musical e/ou Música de Câmara.

(c) De acordo com a alínea b) do ponto 6 do artigo 46.º, a disciplina de instrumento tem a carga horária de 90 minutos quando lecionada em pares, ou 67,5 minutos quando lecionada individualmente.

Curso Básico de Música – 3º Ciclo

Matriz Curricular

Carga horária semanal

Componentes de currículo

Áreas disciplinares – 315 min.**7º ano/8º ano/9º ano - Total de ciclo****Formação Artística Especializada**

Formação Musical	90 min.
Classes de Conjunto (a)	90 min.
Oferta Complementar (b)	45 min.
Instrumento (c)	90 min.

(a) Coro e Música de Câmara.

(b) Reforço à Formação Musical e/ou Música de Câmara.

(c) De acordo com a alínea b) do ponto 6 do artigo 46.º, a disciplina de instrumento tem a carga horária de 90 minutos quando lecionada em pares, ou 67,5 minutos quando lecionada individualmente.

Curso Livre de Instrumento

Sem plano de estudos obrigatório

Instrumento	60 min.
Formação Musical (a)	50 min.

(a) Disciplina opcional

SECÇÃO II – ADMISSÃO MATRÍCULAS DE NOVOS ALUNOS E RENOVAÇÃO DE MATRÍCULAS**ARTIGO 32º - REGRAS DE INSCRIÇÃO E ADMISSÃO DOS ALUNOS**

1. As Pré-inscrições e matrículas devem efetuar-se da 2ª quinzena de maio até finais de junho, respetivamente, de cada ano escolar ou outros prazos, segundo a natureza do ensino, a afixar pela Direção Pedagógica da AMFV;
2. São admitidos à matrícula todos os indivíduos que satisfaçam as exigências legais, estabelecidas de acordo com o tipo de ensino, disciplinas e anos que desejem frequentar;
3. Para a admissão à frequência do Curso Básico de Música é realizada uma prova de Aptidão/seleção aplicada pelos docentes da AMFV.
4. O resultado da prova tem carácter eliminatório.
5. Os boletins de inscrição são obrigatoriamente assinados por um dos pais ou encarregado de educação, se os alunos forem de menor idade;
6. No ato da matrícula, o aluno terá de satisfazer a importância relativa à inscrição que estiver afixada;
7. A direção reserva-se o direito de não aceitar a renovação de matrícula de alunos que no ano anterior tenham causado situações que perturbem o bom funcionamento da escola;
8. O Regime de Matrículas e/ou renovação de matrículas estão sujeitas ao estipulado na legislação em vigor, em cada ano letivo.

ARTIGO 33º - CURSO BÁSICO DE MÚSICA EM REGIME ARTICULADO

1. Em conformidade com o Contrato de Patrocínio, celebrado entre o Ministério da Educação e a Academia de Música da Fortaleza de Valença, os alunos que frequentam o Curso Básico de Música, em Regime Articulado estão isentos do pagamento de propinas mensais, frequentando assim gratuitamente o respetivo plano de estudos.

ARTIGO 34º - ALUNOS DO CURSO DE INICIAÇÃO EM MÚSICA

1. Em conformidade com o Contrato de Patrocínio, celebrado entre o Ministério da Educação e a Academia de Música da Fortaleza de Valença, 15 alunos que frequentam o Curso Iniciação, beneficiam do apoio financeiro público.
2. As propinas mensais são estabelecidas de acordo com o montante correspondente ao dobro do valor do financiamento público.
3. A Iniciação em Música pode ser lecionada individualmente ou em grupos de dois.

ARTIGO 35º - ALUNOS DO CURSO LIVRE DE INSTRUMENTO

Regime de Pagamento de Propinas

1. A anuidade é decomposta em 10 prestações.
2. O pagamento da anuidade é feito em 10 prestações, de setembro a junho.
3. As propinas devem ser pagas, adiantadamente, do dia 1 ao dia 8 do mês.
4. A falta de liquidação da propina no prazo indicado implica um aviso dos serviços administrativos da situação.
5. As faltas dos alunos a qualquer das atividades em que estejam inscritos, não implicará a redução das propinas qualquer que seja o motivo.
6. A matrícula não poderá ser reembolsada em caso algum.
7. O pagamento das propinas, para além dos referidos prazos está sujeito a um agravamento a fixar pela Direção da AMFV.
8. O não cumprimento dos pontos anteriores permitirá à Academia de Música desencadear os meios coercivos legalmente instituídos, no sentido de ver regularizada a situação de dívida.

SECÇÃO III - AVALIAÇÃO

ARTIGO 36º - MODALIDADES DA AVALIAÇÃO

1. Avaliação diagnóstica
2. Avaliação formativa
3. Avaliação Sumativa

ARTIGO 37º - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Explicitação e divulgação aos encarregados de educação, no início do ano letivo, dos critérios de avaliação por parte do professor de cada disciplina

ARTIGO 38º - DOMÍNIOS A OBSERVAR - PERCENTAGENS

1. Domínio Cognitivo – 45%
2. Domínio Performativo/Técnico Artístico – 40%
3. Domínio Atitudinal/Comportamental – 15%

ARTIGO 39º - MENÇÕES AVALIATIVAS/ PERFIL DO ALUNO - INICIAÇÃO

Menções	Descritores da Aprendizagem
Insuficiente (0% a 19%)	Não adquiriu as aprendizagens mínimas definidas
Não Satisfaz (20% a 49%)	Não adquiriu as aprendizagens definidas
Satisfaz (50% a 69%)	Adquiriu com alguma dificuldade as aprendizagens
Bom (70% a 89%)	Adquiriu com facilidade as aprendizagens.
Muito Bom (90% a 100%)	Adquiriu com muita facilidade as aprendizagens.

ARTIGO 40º - MENÇÕES AVALIATIVAS – CURSO BÁSICO DE MÚSCA

Reduzido	0% a 19%
Não Satisfaz	20% a 49%
Satisfaz	50% a 69%
Satisfaz bastante	70% a 89%
Excelente	90% a 100%

ARTIGO 41º - INSTRUMENTOS DE REGISTO DA AVALIAÇÃO

1. Grelhas de correção das provas de avaliação escritas.
2. Grelhas de registo de audições dos alunos.
3. Relatórios de atividades.
4. Grelha de verificação dos trabalhos de casa.
5. Portefólios de evidências de aprendizagem individual.

ARTIGO 42º - PROCEDIMENTOS

1. No fim de cada um dos três períodos escolares, são afixadas as pautas com a respetiva avaliação.
2. A avaliação do aproveitamento escolar dos alunos será expressa numa valoração de acordo com as normas oficiais em vigor.
3. A avaliação a cada disciplina está sujeita aos critérios de avaliação definidos em Conselho Pedagógico que poderão ser consultados na secretaria e entregues aos EE.

SECÇÃO IV - QUADRO DE EXCELÊNCIA E MÉRITO ESCOLAR

ARTIGO 43º - ENQUADRAMENTO

1. Reconhecimento do mérito enquadra-se nos objetivos previstos na Lei 51/2012, de 5 de setembro, conhecida como “Estatuto do Aluno e Ética Escolar” e nos princípios consignados no Projeto Educativo da Academia de Música da Fortaleza de Valença.
2. A legislação prevê a possibilidade de a escola se articular com empresas e entidades do meio, visando o reconhecimento da excelência e do mérito, pelo que, no presente Regulamento, é descrita a possibilidade de apadrinhamento de alguns dos prémios por entidades parceiras da escola.

ARTIGO 44º - OBJETIVOS

1. Este regulamento pretende valorizar o trabalho dos alunos, e a forma como o desenvolvem, através da atribuição anual de prémios, divididos em duas categorias, Nível A e Nível B.
2. Pretende-se distinguir alunos que revelem atitudes exemplares de superação das dificuldades, produzam trabalhos académicos meritórios e/ou realizem atividades de excelente qualidade, a que se junta a obtenção de meritórios resultados em concursos ou outras competições de cariz local e/ou nacional.

ARTIGO 45º ÂMBITO E NATUREZA

1. Este regulamento estabelece os critérios e os procedimentos para a atribuição dos prémios de Excelência e Mérito Escolar.
2. O aluno a quem seja atribuído qualquer o prémio de Excelência e Mérito Escolar, não pode, nesse ano letivo, ter sido sujeito a qualquer medida de caráter disciplinar, nem poderá ter faltas injustificadas. Os prémios de Excelência e Mérito Escolar são apreciados, mediante proposta dos conselhos de turma/ de escola e da Direção Pedagógica, cabendo ao Conselho Pedagógico a sua aprovação final.

3. Compete ao diretor de turma, na última reunião de conselho de turma de avaliação, elaborar a listagem dos alunos nomeados, acompanhada das respetivas fundamentações e fazer a sua entrega no órgão de gestão.
4. Os prémios assumem uma natureza simbólica, por norma um Diploma, podendo, sempre que as condições da escola o permitirem ou existirem padrinhos para os mesmos, revestirem-se de outra natureza
5. prémio de Excelência e Mérito Escolar destaca no final do ano letivo, alunos enquadrados em duas categorias:

Nível A:

Os alunos finalistas do curso Básico de Música com classificações de nível 5 em todas as disciplinas;

Nível B

Alunos de outros graus que reúnam as mesmas condições que os alunos de Nível A

ARTIGO 46º - DIVULGAÇÃO E REGISTO DOS PRÉMIOS DE MÉRITO

1. Compete ao Conselho Pedagógico a divulgação, no final do ano letivo, dos alunos premiados, através da afixação da respetiva lista em local visível e da sua publicitação através de jornais locais, bem como no site da escola.
2. Da lista referida no ponto anterior deve constar o nome, a fotografia e o grau.
3. Aos alunos premiados será atribuída a menção respetiva que será registada no processo individual.
4. Os alunos que integrem, no final de cada ano letivo, os prémios de Excelência e Mérito Escolar, receberão um diploma, podendo este ser entregue em dia a designar pela Direção Pedagógica, em cerimónia pública.

SECÇÃO V – SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA E FACULTATIVA, NO ÂMBITO DA PORTARIA N.º 809/93, DE 7 DE SETEMBRO

ARTIGO 47º -SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

1. Consideram-se, para efeitos desta Portaria, serviços de utilização obrigatória, a matrícula, o seguro escolar, a frequência, a avaliação e certificação das atividades curriculares obrigatórias do curso ou grau de ensino frequentados;

3. Os alunos do Curso de Iniciação em Música, abrangidos pelo Contrato de Patrocínio, usufruem de apoio financeiro, parcial, de acordo com o previsto n.º 2 do Artigo 3.º da Portaria nº 224-A/2015 de 29 de julho;
3. Os alunos do Curso de Iniciação em Música estão sujeitos ao pagamento da propina mensal durante durante 10 meses (setembro a junho), de acordo com o número anterior. Os honorários referentes a esta propina encontram-se afixados na AMFV, sendo ainda divulgados no site da instituição;
2. Aos alunos do Curso Básico de Música, em regime articulado (2º e 3º ciclos do ensino básico e equivalentes aos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º graus), abrangidos pelo Contrato de Patrocínio, é assegurada a frequência pelo princípio da gratuidade do ensino, implicando apenas o pagamento dos serviços não incluídos neste regime.

ARTIGO 48º - SERVIÇOS DE UTILIZAÇÃO FACULTATIVA

1. Consideram-se, para efeitos desta Portaria, serviços de utilização facultativa a oferta formativa que não faz parte do plano de estudos obrigatório no Curso de Iniciação em Música e no Curso Básico de Música, tais como: aulas de apoio; frequência das atividades de complemento curricular e extracurriculares; atividades criadas nos momentos de pausa letiva prevista no calendário escolar.

ARTIGO 49º - DIVULGAÇÃO

1. A divulgação e toda a informação relativa à atividade da academia é feita, preferencialmente, através da página web da instituição e afixação na sede.
2. A publicitação do preçário em vigor é parte integrante da definição de divulgação.

CAPÍTULO IV - COMUNIDADE ESCOLAR

SECÇÃO I - PESSOAL DOCENTE

ARTIGO 50º - CONSTITUIÇÃO

1. O ensino na Academia de Música será ministrado por professores, nacionais ou estrangeiros legalmente habilitados, e em quantidade necessária a satisfazer a docência.
2. Os professores são admitidos ao serviço da Academia de Música pela Direção Pedagógica, de acordo com os regimes contratuais em vigor.
3. O contrato administrativo de provimento celebrado é por um ano escolar, tácita e sucessivamente renovável, por iguais períodos, se não for oportunamente denunciado por mútuo acordo ou, por qualquer uma das partes, neste caso com pré-aviso do mínimo de 60 dias.

ARTIGO 51º - REGIME DE PRESENÇA

1. O regime de presença de professores nas aulas é feito através de livro de ponto, ou outros mecanismos que se julguem mais adequados.
2. Considera-se falta ao serviço o não cumprimento integral do horário estabelecido no respeitante à hora de entrada e permanência.
3. O regime de faltas aplicável aos professores será o legalmente vigente segundo a sua relação contratual.
4. Os docentes devem ser pontuais e reduzir ao mínimo indispensável as suas faltas. Quando tal for inevitável, deverão, dentro do possível:
 - a) Avisar atempadamente o Aluno e a Secretaria da Academia;
 - b) Providenciar junto do Aluno ou do seu Encarregado de Educação a reposição da(s) aula(s) em falta;
 - c) Apresentar junto da Secretaria, com pelo menos uma semana de antecedência, a respetiva justificação/reposição;
 - d) Quando houver ausência prolongada, por motivo de doença ou outros motivos, o professor deverá dar conhecimento, com a devida antecedência, à Direção Pedagógica ou ao responsável pelos serviços administrativos da Academia de Música;
 - e) É obrigatória a comparência dos professores em reuniões de avaliação, júris de exames, bem como reuniões pedagógicas como membros dos órgãos da Academia de Música, desde que convocados com a antecedência de 48 horas, sendo a não comparência equiparada a uma falta a dois tempos letivos.

ARTIGO 52º - DEVERES

1. Independentemente das obrigações emergentes da conduta social geral, constituem obrigações específicas dos professores:
 - a) Despertar nos alunos o interesse pelo ensino que lhes é ministrado, estimulando e desenvolvendo todas as suas capacidades;
 - b) Manter a disciplina nas aulas e, sempre que necessário, mesmo fora da aula, quando deparar com situações que o justifiquem;
 - c) Ser pontual e fazer a conveniente avaliação de cada aluno nos documentos fornecidos pela Academia de Música, segundo as normas de avaliação definidas;
 - d) Dinamizar as áreas das suas especialidades, fomentando atividades individuais ou coletivas, dentro e fora da Academia;
 - e) Estar presentes, sempre que possível, nas atividades extracurriculares levadas a cabo na Academia ou fora desta;
 - f) Cooperar e interagir com todos os intervenientes do processo educativo, de forma a garantir uma evolução do processo de ensino/aprendizagem;
 - g) Corresponsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos, propondo sempre que necessário medidas de melhoramento e/ou renovação;

- h) Registrar as faltas dos alunos e informar o Encarregado de Educação ou o Aluno, quando maior de idade, sempre que for atingido metade do limite de faltas injustificadas;
- i) Comunicar à Direção Pedagógica qualquer irregularidade praticada nas suas aulas ou nas sessões culturais;
- j) Colaborar, sempre que possível, com a Direção e a Direção Pedagógica em todas as atividades que complementam a oferta educativa, bem como comparecer nas sessões culturais organizadas pela mesma nos períodos letivos;
- k) Desempenhar com dedicação e competência os cargos para que for eleito ou designado;
- l) Guardar sigilo profissional;
- m) Proceder à autoavaliação nos termos do Decreto Regulamentar nº 26/2012 de 21 de Fevereiro, que diz respeito à avaliação de desempenho do pessoal docente;
- n) Solicitar autorização prévia à Direção Pedagógica sempre que algum aluno queira participar em espetáculos públicos evocando a qualidade de aluno da Academia de Música.

ARTIGO 53º - DIREITOS

1. Independentemente dos direitos emergentes das relações laborais de natureza legal, constituem direitos específicos dos docentes:
 - a) Dispor de ambiente e condições de natureza pedagógico-didática adequadas ao exercício das suas funções;
 - b) Ser informado de toda a legislação ou instruções que lhe digam respeito;
 - c) Ser respeitado por todos os elementos da comunidade escolar;
 - d) Utilizar os espaços escolares e os recursos materiais de acordo com as necessidades do seu exercício;
 - e) Participar na elaboração do Projeto Educativo e do Regulamento Interno da Academia de Música;
 - f) Ter condições de atualização científica e pedagógica, bem como acesso a toda a formação contínua necessária, com vista ao melhoramento dos seus desempenhos profissionais;
 - g) Receber da Direção e da Direção Pedagógica ou outros órgãos estatutários, o apoio necessário ao exercício das suas funções;
 - h) Ser ouvido sobre questões importantes da vida da escola e informado das decisões da Direção Pedagógica.

SECÇÃO II - PESSOAL NÃO DOCENTE ADMINISTRATIVO

ARTIGO 54º - DEVERES

1. Independentemente dos deveres emergentes da conduta social geral, o pessoal administrativo tem o dever de:
 - a) Ser pontual e assíduo no cumprimento do seu horário de trabalho;
 - b) Respeitar e cumprir as ordens do responsável pela administração escolar, designadamente dos membros da Direção e Direção Pedagógica da Academia de Música;

- c) Não permitir a entrada no interior da secretaria a pessoas estranhas ao serviço;
- d) Participar nas ações de formação promovidas pela Academia de Música;
- e) Guardar sigilo profissional.

ARTIGO 55º - DIREITOS

1. Independentemente dos direitos legais de natureza laboral, o pessoal administrativo tem direito a:
 - a) Tratamento correto por parte de toda a comunidade escolar;
 - b) Participar e dialogar com os membros da Direção e Direção Pedagógica ou qualquer docente, sempre tal seja pertinente para a resolução de qualquer problema de funcionamento da Academia de Música.

SECÇÃO III - PESSOAL AUXILIAR NÃO DOCENTE

ARTIGO 56º - DEVERES

1. Independentemente dos deveres de conduta social geral, o pessoal auxiliar tem o dever de:
 - a) Ser pontual e assíduo no cumprimento do seu horário de trabalho;
 - b) Tratar com correção todos os elementos da comunidade escolar;
 - c) Assegurar a vigilância sobre a conservação do mobiliário ou equipamento que estiver a seu cargo, comunicando de imediato à Direção Pedagógica qualquer anomalia a tal respeito;
 - d) Providenciar que todas as salas estejam equipadas com todo o material necessário ao funcionamento das aulas;
 - e) Não abandonar o seu sector de trabalho sem que o serviço fique assegurado por outro funcionário;
 - f) Entregar o material requisitado pelos professores e responsabilizar-se pela recolha do material utilizado;
 - g) Não permitir o acesso às salas de aula e espaços interditos a pessoas estranhas;
 - h) Participar nas ações de formação promovidas pela Academia de Música.

ARTIGO 57º - DIREITOS

1. Independentemente dos direitos legais de natureza laboral, o pessoal auxiliar tem os seguintes direitos:
 - a) Tratamento correto por parte de toda a comunidade escolar;
 - b) Participar e dialogar com qualquer membro da Direção ou Direção Pedagógica ou qualquer professor, conforme natureza do assunto, para a resolução de qualquer problema de âmbito escolar.

SECÇÃO IV - ALUNOS**ARTIGO 58º - DEVERES**

1. O aluno tem o dever de:
 - a) Respeitar toda a comunidade escolar, não recorrendo em caso algum ao insulto e à violência;
 - b) Cumprir o presente Regulamento Interno;
 - c) Ser assíduo e pontual;
 - d) Cumprir o dever de matrícula e renovação de matrícula nos serviços administrativos, sendo maior;
 - e) Justificar as faltas, previamente, ou até ao 5º dia subsequente;
 - f) Fazer-se acompanhar do material necessário para a aula e indispensável à mesma;
 - g) Transmitir ao encarregado de educação todas as informações respeitantes à sua atividade escolar;
 - h) Ter em atenção as orientações de aprendizagem facultadas pelos docentes;
 - i) Não importunar a atividade letiva da Academia de Música;
 - j) Respeitar as instruções do pessoal docente e do pessoal não docente;
 - k) Conhecer e respeitar as normas e os horários dos serviços da Academia de Música;
 - l) Zelar pela preservação, conservação e manutenção da Academia de Música, designadamente de instrumentos, material didático e instalações, obrigando-se a substituir todos os equipamentos que danificar;
 - m) Participar ativamente nas atividades e iniciativas da Academia de Música dentro ou fora das suas instalações de acordo com o plano anual de atividades;
 - n) Apresentar-se em todas as audições ou concertos promovidos pela Academia de Música envergando o respetivo uniforme;
 - o) Solicitar autorização à Direção Pedagógica da Academia de Música para atuar publicamente, indicando, para o efeito, a data, o local e o programa a executar, tendo de, após aprovação, ser ouvido previamente pelo docente da disciplina implicada;
 - p) Comunicar, por escrito, aos serviços administrativos, a anulação de matrícula;
 - q) Não transportar materiais, instrumentos ou engenhos passíveis de perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, de causarem danos físicos, psicológicos, morais e cívicos a si próprio ou a terceiros;
 - r) Não recorrer ao uso de telemóveis ou gravações durante as aulas, ou qualquer outro tipo de dispositivo, podendo o mesmo ficar sujeito a retenção.
2. O não cumprimento dos deveres previstos no presente Regulamento constitui infração passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória, a ser decidida em Direção Pedagógica e de acordo com a gravidade dos incumprimentos.

ARTIGO 59º - DIREITOS

1. O aluno tem o direito a:
 - a) Tomar conhecimento dos conteúdos programáticos e dos objetivos de aprendizagem, bem como dos processos de avaliação;

- b) Conhecer o Regulamento Interno;
- c) Ser respeitado por toda a comunidade escolar;
- d) Ter assegurada a confidencialidade dos dados de caráter pessoal e familiar que constam no seu processo individual;
- e) Beneficiar de um ensino de qualidade, visando a sua formação humana, cultural e profissional;
- f) Assistir às aulas, participar nelas e pedir explicações sempre que delas necessitem;
- g) Usar as instalações e os instrumentos da Academia de Música para estudo, sempre que possível e sem prejuízo da atividade letiva;
- h) Permanecer nas instalações da Academia de Música nos períodos livres das suas atividades letivas ou complementares, em locais para tal destinados;
- i) Assistir a audições ou outras manifestações de natureza cultural que ocorram nas instalações da Academia de Música;
- j) Participar no processo de avaliação, através dos mecanismos de auto e heteroavaliação;
- k) Ser informado de todas as atividades da Academia de Música que possam implicar a sua participação (direta ou indireta) de acordo com o plano anual de atividades da Academia;
- l) Respeitar a autoridade do professor.

ARTIGO 60º - REGIME DE FALTAS

1. Em todos os graus de ensino, o limite de faltas dos alunos, por disciplina, são o dobro do número de tempos letivos semanais.
2. As faltas devem ser justificadas por escrito, no prazo de cinco dias úteis, pelos pais ou encarregados de educação ou pelos alunos que atinjam a maioridade.
3. Os alunos devem apresentar-se à hora prevista para o início de cada aula à porta da sala definida para o efeito. Terão uma tolerância de 10 minutos, sendo que, passado este tempo lhes será marcada falta.
4. No fim de cada trimestre, juntamente com as pautas de avaliação, serão afixadas as faltas por cada aluno.
5. Sempre que o aluno, menor de 18 anos, atinja um número de faltas igual a metade do limite máximo de cada disciplina, deverá deste facto, dar-se conhecimento, por escrito, ao respetivo encarregado de educação.
6. A não comparência do encarregado de educação ou a sua não justificação, por escrito, do motivo das faltas, iliba a Direção Pedagógica das consequências que daí resultem para o aluno.

SECÇÃO V - PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO**ARTIGO 61º - DEVERES**

1. Os pais e encarregados de educação têm o dever de:
 - a) Respeitar a comunidade escolar;
 - b) Cumprir o regulamento interno;

- c) Inteirar-se do processo de formação e ensino do(s) seu(s) educando(s);
- d) Garantir o cumprimento do dever de matrícula, renovação de matrícula do(s) seu(s) educando(s) nos serviços administrativos;
- e) Ser informados, no ato de matrícula, do valor da mesma e respectivas mensalidades, bem como das condições e datas de pagamento;
- f) Efetuar o pagamento das mensalidades, junto dos serviços administrativos, até ao dia 10 de cada mês, sob pena de pagamento de multa estipulada no início de cada ano letivo;
- g) Colaborar com os docentes no processo de ensino/aprendizagem incutindo nos seus educandos hábitos de estudo;
- h) Assegurar a assiduidade e pontualidade às aulas e restantes atividades do(s) seu(s) educando(s);
- i) Justificar as faltas do(s) seu(s) educando(s) na Caderneta do Aluno;
- j) Comunicar, com a máxima antecedência possível, aos professores e/ou aos serviços administrativos das faltas previstas do(s) seu(s) educando(s);
- k) Informar os professores de aspetos relevantes ao bom aproveitamento do aluno;
- l) Respeitar o horário de atendimento estipulado pelos professores;
- m) Zelar pela preservação, conservação e manutenção da Academia de Música, designadamente de instrumentos, material didático e instalações;
- n) Respeitar o âmbito da sala de aula, não perturbando o bom funcionamento das aulas.

ARTIGO 62º - DIREITOS

1. Os pais e encarregados de educação têm o direito de:
 - a) Ser respeitados por toda a comunidade escolar;
 - b) Conhecer o regulamento interno;
 - c) Ter acesso a toda a informação inerente ao(s) seus(s) educando(s);
 - d) Ser informados das atividades escolares em que o(s) seu(s) educando(s) participe(m), quer se realizem dentro ou fora das instalações da Academia de Música;
 - e) Ver concretizadas as aulas do(s) seu(s) educando(s);
 - f) Participar ativamente na vida da comunidade escolar da Academia definida de acordo com o seu plano anual de atividades;
 - g) Ser atendidos pelos professores em horário a combinar com o(s) respetivos professore(s)

ARTIGO 63º - PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

1. A participação regular dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação do seu educando traduz-se no direito a:
 - a) Ter acesso ao Projeto Educativo da Academia de Música e ao processo individual do aluno sempre que o solicite à Direção Pedagógica e na presença de um dos seus elementos;
 - b) Tomar conhecimento dos critérios de avaliação, podendo para tal consultar o respetivo dossiê nos serviços administrativos;
 - c) Informar-se da classificação obtida em testes e outros instrumentos de avaliação;

- d) Contactar o(s) professor(es) da(s) disciplina(s), comparecendo na Academia de Música quer por livre iniciativa, quer quando for solicitado;
 - e) Comparecer em todas as reuniões de pais e encarregados de educação convocadas para analisar a situação do seu educando;
 - f) Tomar conhecimento das medidas consideradas necessárias pela Direção Pedagógica depois de ouvido(s) o(s) respetivo(s) docentes, nomeadamente as que conduzam à correção de atitudes/comportamentos do seu educando e/ou as constantes do relatório das dificuldades por aqueles elaborados no final de cada período letivo;
2. Os pais e encarregados de educação podem recorrer do processo de avaliação do seu educando, pedindo a revisão das avaliações no final do 3.º período, ou a reapreciação das provas na sequência da realização de exames.

CAPÍTULO V - AÇÃO DISCIPLINAR

ARTIGO 64º - QUALIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA OCORRÊNCIA

1. A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos no presente Regulamento Interno ou no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (previsto na Lei Nº 51/2012 de 5 de setembro), em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.
2. A participação de ocorrência pode ser feita:
 - a) Pelo professor ou membro do pessoal não docente;
 - b) Pelo aluno ou pelos pais/encarregados de educação.

ARTIGO 65º - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

- a) As participações de ocorrências relativas a cada turma ou aluno em particular, efetuadas pelos docentes, são entregues na Sala da Direção Pedagógica. Compete ao docente participante certificar-se de que o Diretor de Turma tomou conhecimento da respetiva ocorrência.
- b) O Diretor de turma deverá convocar o respetivo Encarregado de Educação e encaminhar para a Diretora Pedagógica todas as participações cuja medida disciplinar seja da competência desta.

ARTIGO 66º - MEDIDAS DISCIPLINARES

Todas as medidas disciplinares corretivas e sancionatórias prosseguem finalidades pedagógicas, preventivas e de segurança.

ARTIGO 67º - DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DISCIPLINAR

1. Na determinação da medida disciplinar corretiva ou sancionatória a aplicar deve ter-se em consideração a gravidade do incumprimento do dever, as circunstâncias atenuantes e agravantes apuradas em que esse incumprimento se verificou, o grau de culpa do aluno, a sua maturidade e demais condições pessoais, familiares e sociais.
2. São circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar do aluno o seu bom comportamento anterior, o seu aproveitamento escolar e o seu reconhecimento com arrependimento da natureza ilícita da sua conduta.
3. São circunstâncias agravantes da responsabilidade do aluno a premeditação, o conluio, a gravidade do dano provocado a terceiros e a acumulação de infrações disciplinares e a reincidência nelas, em especial se no decurso do mesmo ano letivo.

ARTIGO 68º - MEDIDAS DISCIPLINARES CORRETIVAS

1. São medidas disciplinares Corretivas:

- a) A advertência;
- b) A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
- c) A realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades, nos termos previstos no artigo seguinte;
- d) O condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas;
- e) A mudança de turma.

ARTIGO 69º - MEDIDAS DISCIPLINARES SANCIONATÓRIAS

1. São medidas disciplinares Sancionatórias:

- a) A repreensão registada;
- b) A suspensão até 3 dias úteis;^[11]_{SEP}
- c) A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis;

- d) A transferência de escola;^[1]_{SEP}
- e) A expulsão da escola.

ARTIGO 70º - DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela legislação especial e geral em vigor.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 152/2013 de 4 de Novembro

Portaria nº 223-A/2018, de 3 de Agosto

Decreto-Lei nº 152/2013 de 4 de Novembro

Portaria nº 224-A/2015 de 29 de julho

Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho e pelo Decreto-Lei nº 176/2014, de 12 de dezembro

Despacho normativo nº 13/2014 de 5 de julho

Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril.

Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de Julho

Portaria n.º 809/93 de 7 de setembro

Lei nº 51/2012, de 5 de setembro, Declaração Retificação nº 46/2012, de 17 de setembro